



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em 19 de janeiro de 2015.

MENSAGEM Nº 02/2015

Senhor Presidente,

A par de meus cordiais cumprimentos, tem o presente a finalidade encaminhar a esta Colenda Câmara, incluso projeto de lei complementar que "**Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 11 da Lei Complementar nº 15, de 28 de maio de 1992.**"

A presente propositura decorre da necessidade de dar efetividade a expressa previsão constitucional entre nós, no que tange a reserva de cargos de provimento em comissão para agentes oriundos do Quadro Permanente da Administração.

Até o presente momento, a disposição objeto da alteração ora proposta, de forma singela, tratava a matéria estabelecendo, que "*a designação para função de direção, chefia e assessoramento recairá preferencialmente em servidor de carreira*"


Tanto o artigo 37, V, da Constituição Federal como o artigo 115, V da Constituição Bandeirante, estatuem expressamente a necessidade de que seja fixado um percentual de cargos de provimento em comissão reservados a provimento apenas por servidores do Quadro Permanente da Administração.

Cabe ressaltar a redação do dispositivo do Estatuto do Servidor Público de Praia Grande que cuida da matéria, encontrava-se em perfeita sintonia com o disposto na redação original do inciso V do artigo 115 da Constituição de São Paulo. Referida disposição, veio a sofrer alteração, passando a exigir fixação de percentual, apenas com a edição da Emenda Constitucional à Carta Paulista de número 21.

Considerando a relevância da matéria e interesse já expresso por integrantes desta Casa, solicito que a presente seja apreciada com a necessária urgência.

Sem mais para o momento, reitero os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito


Em 03/02/2015
Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo

Excelentíssimo Senhor
Roberto Andrade e Silva
Presidente da Câmara Municipal da
Estância Balneária de Praia Grande - SP



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

PROJETO DE

LEI COMPLEMENTAR Nº _____

001 /15

DE ____ **DE** ____ **DE** ____.

**“Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 11 da Lei
Complementar nº 15, de 28 de maio de 1992”**

O Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua _____ Sessão _____, realizada em ____ de ____ de _____, aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - O parágrafo único do artigo 11 da Lei Complementar 15, de 28 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 11 - A nomeação far-se-á:

.....

Parágrafo Único - Fica reservado o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) dos cargos de provimento em comissão para preenchimento exclusivo por servidores do Quadro Permanente da Administração (N.R.)

Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos ____ de ____ de _____, ano quadragésimo oitavo da Emancipação.

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

Reinaldo Moreira Bruno
Controlador-Geral do Município

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, aos ____ de ____ de ____.

Marcelo Yoshinori Kameiya
Secretário de Administração

FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº 003/15

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 02 fls., referentes a(o)
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/15 e uma folha de informação.

Praia Grande, 06 de fevereiro de 2015.



Fabiano Cardoso Vinciguerra
Operador Técnico

À Assessoria Jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 06 de fevereiro de 2015.



Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

À DIRETORIA LEGISLATIVA
SENHOR DIRETOR:

O Chefe do Executivo apresenta projeto de Lei que dispõe sobre a alteração do artigo 11 da Lei Complementar n.º 15, de 28 de maio de 1992.

A proposta atende ao comando previsto no artigo 115 da Constituição do Estado de São Paulo, que diz expressamente:

Artigo 115 – Inciso V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e **percentuais mínimos** previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (grifo nosso)

Assim, o Executivo atende à determinação e propõe a fixação desse percentual mínimo, em 35%, limite esse que deverá ser observado pelo Poder Legislativo, Autarquias e demais órgãos que integram a Administração Pública Direta e Indireta deste Município.

No que se refere à iniciativa da propositura, é do Poder Executivo a competência concorrente para iniciar projetos de lei que versem sobre alterações no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, razão pela qual nenhum óbice formal impede à tramitação regular do projeto.

Dessa forma, temos que, do ponto de vista formal, a propositura reúne as condições necessárias para ser submetida à deliberação e votação pelo Colendo Plenário, a quem caberá discutir o mérito.

Praia Grande, 09 de fevereiro de 2015.


FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA
Assessor Jurídico

Às Doutas Comissões, para análise e parecer.
Praia Grande, 09 de fevereiro de 2015.

MANOEL ROBERTO DO CARMO
Diretor Legislativo



Gabinete do Prefeito

Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Decretado
Em 23/02/2015
[assinatura]

Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo

Em 23 de fevereiro de 2015.

OFÍCIO GP N° 0106/2015

04.ª Sessão Data 23/02/15
Encaminhamento Lido em
Plenário
[assinatura]
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ROBERTO ANDRADE E SILVA
Presidente da Câmara Municipal da Estância Balneária de
PRAIA GRANDE - SP

A par de meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência, objetivando a retirada da Mensagem n° 02/2015, que se encontra em tramitação nesta Casa.

Referida providência, dá-se em face da fixação de percentual de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores do quadro permanente, passar a integrar a Lei Complementar que estabelece a estrutura administrativa da Prefeitura de Praia Grande.

Neste sentido, segue nesta mesma data, a Mensagem n° 04/2015, que adota a providência acima noticiada.

Na certeza de estarmos contribuindo para elucidar o assunto, colocamo-nos à disposição para futuros esclarecimentos, aproveitando o ensejo para externar nossos protestos de elevada estima.

Atenciosamente,

[assinatura]
ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em 24 de Fevereiro de 2.015.

OFÍCIO GPC-L Nº 012/2015

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tem este a finalidade de acusar o recebimento do vosso ofício GP nº 0106/2015 e, ao ensejo, comunicar que foi retirado de tramitação nesta Casa o Projeto de Lei Complementar que fora encaminhado a este Legislativo através da Mensagem nº 02/2105, o qual “**dá nova redação ao parágrafo único do artigo 11 da Lei Complementar nº 15, de 28 de maio de 1992**”.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e devotado apreço.

Atenciosamente,

ROBERTO ANDRADE E SILVA
Presidente



Excelentíssimo Senhor
ALBERTO PEREIRA MOURÃO
DD. Prefeito da Estância Balneária de
PRAIA GRANDE

